

**O Tribuno do Povo e a estátua do herói:
Breve estudo sobre as tradições políticas atuantes na
Corte durante o Segundo Reinado**

Valdei Lopes de Araujo

Nosso principal objetivo neste artigo é contribuir para a compreensão das tradições políticas¹ atuantes na Corte durante o Segundo Reinado, em especial aquela que acreditamos ser assumida/cultivada, principalmente, naquele momento, pelo político liberal mineiro Teófilo Benedito Ottoni. Para tanto, analisaremos a polêmica suscitada pela inauguração da estátua equestre de D. Pedro I. Acreditamos que este evento, a inauguração da estátua e suas repercussões, possa iluminar o período histórico², possibilitando a visualização das tradições políticas em confronto.

O caminho que escolhemos para atingir nosso objetivo foi o de confrontar o artigo publicado por Teófilo Ottoni, peça central na polêmica levantada, com a resposta conservadora veiculada nas páginas do "Jornal do Comércio". Nosso recorte cronológico está circunscrito aos meses de janeiro a março de 1862. Embora a polêmica se estenda por quase todo o ano, é nestes meses que podemos encontrar sua manifestação mais espontânea e regular, assim como os antecedentes imediatos dos acontecimentos.

Paralelamente ao objetivo principal, é também nosso propósito discutir as formas de "sobrevivência" política adotadas por Teófilo Ottoni. Tentaremos mostrar, subsidiados pelos trabalhos de Habermas sobre o conceito de esfera pública³, que a existência e relativo êxito político de Ottoni deve-se, em parte, à presença de uma opinião pública que pensa a política e representa uma esfera alternativa de poder.

O artigo foi dividido em quatro partes. Na primeira parte, realizamos uma interpretação geral da estátua, salientando as vicissitudes do projeto, como se chegou ao modelo final da estátua e a filosofia da história inerente a este modelo. Na segunda, traçamos rapidamente a conjuntura política de início da década

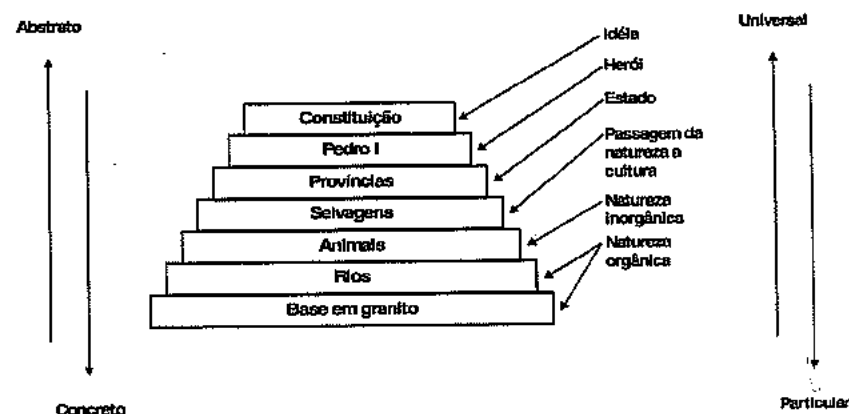
de 1860, em especial a posição ocupada por Ottoni. Procuramos caracterizar as formas e estratégias de ação desenvolvidas por Ottoni, assim como a reação conservadora a este agir. Na terceira parte, passamos a descrever e analisar o artigo "A Estátua Equestre" escrito por Teófilo Ottoni. Ao final desta parte definimos, esquematicamente, a interpretação da história do Brasil construída pelo político mineiro. Na quarta, analisaremos a resposta das diferentes tradições políticas ao artigo de Ottoni. Através destas respostas, procuramos não só definir as interpretações concorrentes da história do Brasil mas também salientar algumas características centrais destas tradições.

I

O projeto da estátua equestre de D. Pedro I⁴ foi apresentado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1854 por Haddock Lobo. No projeto, estava prevista a formação de uma comissão que seria responsável pelo levantamento de recursos através de subscrições populares. Lobo propõe ainda que no pedestal da estátua aparecesse em relevo o rosto dos homens envolvidos na Independência, encarregando o IHGB de listar os "Varões" que nela estiveram envolvidos ao lado de Pedro I.

Na sessão de 30 de setembro de 1854, Manuel de Araújo Porto Alegre propõe que seja modificado o artigo 2º do projeto original. Argumenta que não haveria espaço no pedestal da estátua para tantos nomes. Refere-se às vaidades que tal seleção poderia provocar. O IHGB não gostaria de envolver-se em tão espinhosa tarefa. Cabe lembrar ainda que muitos dos homens de 1822 participaram do Sete de Abril de 1831, o que poderia gerar certo constrangimento. Porto Alegre continua sua argumentação afirmando que, embora a história seja feita por milhares de homens, quando se trata de perpetuá-la basta encontrar aquele que simboliza o evento. As alterações sugeridas por Porto Alegre foram definidoras do projeto final da estátua, onde Pedro I aparece sozinho encimando um conjunto altamente significativo, como mostramos a seguir (ver quadro I):

Quadro I



Ao afirmar que bastaria para a estátua a representação do homem símbolo do processo da independência, Porto Alegre nos indicava claramente a "Filosofia da História" que orientava a interpretação da independência subjacente à edificação da estátua equestre. O homem que simboliza o evento da independência é o seu herói, entendido no sentido que o idealismo alemão e o romantismo político deram a esta figura. O herói, na interpretação hegeliana,⁵ é o indivíduo que intui os objetivos da razão histórica e opera para acelerar seus planos. Ainda segundo Hegel, o herói geralmente é tragado pelas próprias forças que ajudou a despertar, raramente estes homens alcançam a felicidade. É o caso de Alexandre, atingido precocemente pela morte; César, assassinado; Napoleão, feito prisioneiro; e porque não, de Pedro I, destituído do trono e exilado do império que ajudou a constituir. Os heróis são raramente compreendidos pelo seu próprio tempo, agem em função de uma realidade ainda oculta para o homem comum. Sua força reside na paixão, todo seu ser está resumido na vontade feita paixão e por este motivo é julgado pelos contemporâneos como um homem egoísta e tirano mas, na verdade, o herói é escravo da idéia.

A caracterização de Pedro I como um herói resolvia inúmeros problemas da historiografia conservadora canonizada pelo IHGB. Um destes problemas era enredar a fase conturbada do primeiro reinado - o fechamento da Assembléia Constituinte, a expatriação dos líderes da independência, a outorga da constituição, e por fim, e mais importante, o Sete de Abril - no conjunto harmônico da história pátria. Adiante, veremos como as diferentes tradições políticas reagiram a esta interpretação da história do Brasil.

II

A inauguração da festejada estátua equestre de D. Pedro I fora marcada para o dia 25 de março de 1862. Na véspera do referido dia, é publicado no Correio Mercantil, um jornal da oposição liberal, artigo intitulado "A estátua equestre"⁶, da lavra de Teófilo Benedito Ottoni. Neste artigo, Ottoni critica duramente a edificação, da estátua, identificada como uma tentativa de reabilitar a imagem de Pedro I. O artigo de Ottoni irá repercutir fortemente na imprensa, suscitando inflamada resposta de missivistas e articulistas conservadores, repercussão que se prolonga devido ao adiamento da inauguração para o dia 29 de março, em função das fortes chuvas, tão típicas deste mês na cidade do Rio de Janeiro.

O clima político do início do ano de 1862 não era dos mais favoráveis à confraternização entre conservadores e liberais. Após a ampla vitória dos liberais em 1861, vitória na qual Ottoni desempenhara um papel decisivo, a troca de hostilidades tanto pela imprensa quanto por circulares avulsas tornou-se lugar comum. O próprio Ottoni achava-se em momento de furor oposicionista: sua Companhia de Comércio e Navegação do Vale do Rio Mucury havia sido encampada pelo governo imperial em 1861, além do seu nome ter sido preterido pelo Imperador na lista tríplice para o Senado.

Tomaremos a polêmica em janeiro de 1862. Por ocasião da colocação da pedra fundamental da estátua, o Jornal do Comércio publica⁷ vários artigos conservadores acusando os libe-

rais de não respeitarem a sublimidade do dia ao se ocuparem com assuntos mesquinhos da política partidária quotidiana.

No dia 8 de janeiro, vem ao conhecimento do público uma circular escrita por Teófilo Ottoni, na qual solicita assinantes para o jornal liberal "O Diário do Rio de Janeiro". Nosso conhecimento desta circular limita-se aos trechos transcritos pelos artigos conservadores. Segundo estes fragmentos, Ottoni acusa o governo imperial de despotismo, afirma que o país gozou de grande liberdade e efervescência política entre 1826-1840 e que atualmente o governo pessoal de Pedro II só não pratica crueldades na repressão política porque a época não permite. Além disso, não haveria no país liberdade de imprensa, devido ao quase monopólio das folhas conservadoras.⁸

Os conservadores acusam Ottoni de ter silenciado sobre o "despotismo" enquanto o governo imperial o contemplava com favores através da Companhia do Mucury. Apontam ainda a incoerência oportunista de seu discurso que ora afirma haver um governo oculto da oligarquia ora afirma sofrermos sob o governo pessoal do Imperador. Para além das críticas ao conteúdo da circular publicada por Ottoni, podemos perceber o forte preconceito com relação às suas origens e forma de fazer política, como no trecho citado abaixo:

*O Sr. Ottoni já naufragou duas vezes à frente de duas grandes especulações, em 1842 e em 1861; em Santa Luzia e no Mucury. É caipora, todos o reconhecem como tal. O Sr. Ottoni quer ser liberal, e não é senão um demagogo...*⁹

Filho de comerciante tropeiro do nordeste mineiro, Ottoni segue a profissão do pai e monta uma loja para comercialização de tecidos na Rua Direita, antes de aventurar-se como "empresário/desbravador das selvas do Mucury". Não chega a concluir o curso de mecânica que havia iniciado na escola de marinha; por motivos políticos, é obrigado a abandoná-lo. Sem formação superior ou experiência na administração pública, Ottoni estava fora do perfil da elite política imperial, tal como traçado por José

Murilo de Carvalho¹⁰. Além disso, sua forma de fazer política era direcionada em grande parte para setores médios urbanos, tanto do Rio de Janeiro quanto das velhas cidades mineiras. Sua forma "popular-cidadã" de fazer política estava voltada não somente para o programa das franquias provinciais, como a maioria dos liberais, mas também para a defesa das liberdades civis¹¹.

Essa forma "popular" de fazer política só era possível num clima de relativa liberdade de opinião e de imprensa. A mesma imprensa que Ottoni negava a existência, permitia, em grande parte, seu êxito. Sua participação na Revolução liberal de 1842, derrotado em Santa Luzia por Caxias, e seu empreendimento fracassado no Mucury, renderam-lhe grande simpatia de setores pouco identificados com a política oficial, principalmente após a publicação da Circular aos eleitores mineiros em 1860, onde Ottoni interpreta sua trajetória política cunhando a imagem de um proscrito político perseguido do poder.

Ao publicar a Circular aos eleitores mineiros, Ottoni demonstra a atenção que dedicava ao "público" e sua opinião. A Circular é ao mesmo tempo um curriculum vitae, "tal como faziam os romanos", e um programa político. Habermas¹² nos chama a atenção para a importância da publicação dos programas partidários como signo da existência de uma opinião pública constituindo-se enquanto esfera de poder. A publicação de atos governamentais e, principalmente, dos debates parlamentares, são igualmente critérios arrolados por Habermas como indicadores da existência de uma opinião pública politicamente interessada. É claro que não agradava à elite política imperial uma publicação excessiva da vida política. Uma das principais queixas dos conservadores com relação a Ottoni é o fato de trazer a público questões que podiam dividir ou inflamar o povo.

Ainda com relação à Circular aos eleitores, cabe salientar que, enquanto um relato dos acontecimentos recentes da história do Brasil, ela rompe um quase jejum da historiografia conservadora ligada ao IHGB, sobre a história recente. Lúcia Guimarães¹³, ao quantificar a produção histórica do período, verifica a exigüidade desta produção, atribuindo o fenômeno à prioridade

que a construção da memória nacional tinha em relação à produção histórica propriamente dita. A necessidade de forjar a memória da jovem nação exigia o conveniente esquecimento dos eventos menos favoráveis aos grupos no governo; além disso, a memória é mais vulnerável e suscetível a todo tipo de manipulação¹⁴. Ao escrever sobre a história recente Ottoni, ao mesmo tempo, desafiava a memória forjada pelas "musas venais da corte" e convidava/qualificava seus leitores para a prática política.

A caracterização de Ottoni enquanto político "popular" é claramente aceita e incorporada pelos conservadores. Entretanto, o significado de "popular" varia sensivelmente de acordo com a tradição política na qual está inserida. Para a tradição liberal mineira, atualizada por Ottoni, "popular" é sinônimo de cidadão médio, gravata lavada, brasileiro, ex-colono. Para a tradição conservadora, em seus diversos matizes, popular é sinônimo de plebe e desordem¹⁵. Excelente exemplo deste contraste é a caracterização de Ottoni como "Tribuno do Povo". Não sabemos ainda quando e de quem parte a caracterização, mas o certo é que Ottoni a absorve positivamente, enquanto que para os conservadores torna-se uma caracterização negativa. É o que podemos notar no artigo "Vanglórias tribunícias", publicado em 7 de fevereiro de 1862, ainda na polêmica suscitada pela circular pedindo assinaturas para o Diário do Rio de Janeiro¹⁶:

Foi sempre balda dos tribunos nutrirem uma idéia exagerada de sua importância política.

Começam, - eles aristocratas de uma presumida popularidade, fidalgos de brasões republicanos, - por se convencerem de que o país, desde o último proletário até as sumidades do Estado, têm os olhos neles fitos. Desvanecidos com a falácia ilusão, julgam que podem, como Júpiter pagão, ao mais leve aceno, ao simples carregar do sobrolho, fazer tremar pela base o edifício social...¹⁷

O autor do artigo procura ironizar a origem popular de Ottoni, ou sua ausência de "nobreza" política, utilizando metáforas visando a transformá-lo em um nobre da plebe, num aris-

tocrata ou fidalgo republicano/popular. A figura do tribuno romano, a qual Ottoni é comparado, porta voz da plebe junto às demais classes do império, ficou famosa por manipular a vontade popular em proveito de seu próprio poder. Daí a aproximação entre tribuno e demagogo, este último figura da vida política grega, que igualmente sustentava-se no poder com o apoio do "demos". A popularidade, a qual Ottoni é acusado de buscar inconseqüentemente, é compreendida como uma força poderosa politicamente, mas que, quando invocada, tende a descontrolar-se e pôr em risco todo o edifício social. Subjaz ao artigo a idéia de que, em função de não apresentar o perfil ideal do político do Império, Ottoni precise buscar forças fora do leque legítimo e seguro de atores políticos:

*O Sr. Ottoni adora um ídolo - a popularidade; e a ela sacrifica, como nos ritos bárbaros, vítimas humanas. [...] Que importa que as massas se agitem, que os princípios sejam subvertidos, e pereça a ordem pública, se, como o homem forte de Horácio, as ruínas da sociedade aluídas servirão de astro glorioso ao impávido tribuno.*¹⁸

A polêmica em torno da circular irá estender-se até março, quando a inauguração da estátua passa a ocupar a pena dos articulistas. Neste período surgem insinuações em torno de um possível golpe conservador marcado para o dia da inauguração¹⁹. O golpe teria como objetivo cercear a liberdade de imprensa. Os conservadores ridicularizam os boatos, atribuindo a matéria à falta de bandeiras políticas por parte dos liberais. Independentemente de haver ou não existido movimento neste sentido, o fato de surgirem boatos demonstra que havia uma grande expectativa em torno da inauguração da estátua. O medo de um retrocesso político pode estar relacionado à reabilitação de Pedro I e do despotismo que seu reinado representou para a geração de 1831.

III

No dia 24 de março, véspera da data marcada para a inauguração, Ottoni publica seu artigo polêmico. O motivo superfi-

cial do artigo foi a apresentação de desculpas às instituições que o haviam designado para representá-las na cerimônia de inauguração da estátua. Ottoni não aceitou a nomeação, visto que não participaria da cerimônia, pelos motivos que passa então a enumerar.

Na verdade, diz Ottoni, a inauguração da estátua não representa somente uma cerimônia de cortesia ou deferência para com a memória do Duque de Bragança. Trata-se, antes de tudo, de uma tentativa de forjar a memória nacional de forma a reabilitar Pedro I em detrimento da verdade dos fatos. Com a inauguração da estátua pretende-se resolver algumas questões, a saber: a quem deve o Brasil a independência proclamada em 7 de setembro de 1822 e a constituição jurada em 25 de março de 1824? Bem como, "sentenciar o ato de virilidade popular que no dia Sete de abril de 1831 transferiu a coroa imperial para a augusta cabeça de Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II."

Segundo Ottoni, podemos "ler" a estátua da Praça da Constituição tendo em mente sua origem - refere-se aos conservadores e portugueses que estiveram à frente do empreendimento - e antecedentes, como significando:

1º. Que a independência de 1822 foi uma doação do monarca, cujos augustos descendentes imperam sobre os dois reinos em que se dividiu a família portuguesa.

2º. Que a Constituição foi, senão uma outorga do direito divino, ao menos espontânea concessão da filosofia do príncipe, e documento de sua adesão às idéias liberais.

3º. Que o 7 de Abril de 1831 foi um crime de rebelião, de que o Brasil contrito deve pedir anistia anulando, por injusta, a sentença que lavrou aquele dia contra o primeiro reinado.

Frente aos fatos, Ottoni diz-se na obrigação de protestar contra esta interpretação da história do Brasil "...que o arauto de bronze quer levar à posteridade". Tem clara consciência de que está em jogo a própria memória nacional, e que esta memória não está somente nos livros mas também nos símbolos e monumentos. Ao afirmar que "lê" no monumento da Praça da Constituição uma determinada interpretação da história do Brasil que se deseja levar à posteridade, Ottoni deixa-nos convictos da consciência que possuía do caráter textual dos monumentos e símbolos, e ainda da sua importância no embate das diferentes tradições políticas. Vale ainda observar que sua leitura do monumento é feita no melhor método histórico ou seja, considerando as "origens" e "antecedentes", o próprio contexto sócio-político no qual a estátua estava inscrita.

Após identificar a versão da história do Brasil que estava subjacente à estátua equestre de Pedro I, Ottoni passa a construir a sua interpretação da história da Independência. Em sua opinião, o movimento de 1822 representou o acme de um processo que durou décadas e envolveu várias gerações. Desde o século XVIII o Brasil, tendo como exemplo as 13 colônias da América do Norte, ansiava por sua independência do jugo colonial.

O Brasil foi, na opinião de Ottoni, a primeira colônia americana onde repercutiu a independência dos Estados Unidos. À província de Minas coube a vanguarda na luta pelo projeto libertador, e a ela coube ainda o ônus da fúria metropolitana que, de sobreaviso, em função do movimento norte-americano, pôde debelar os colonos revoltosos. O tribunal de exceção devia:

...designar na lista dos proscritos, uma punição mais rigorosa, o cabeça do crime da independência, que inconfidência se chamava.

Esse chefe procurado com tamanho empenho, decidiu a alçada que era: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Eis as palavras que fechavam a sentença de Tiradentes. Era condenado como: 'Sendo por esta descomedida ousadia reputado por um herói entre os conjurados. [...]

Foi assim que ficou juridicamente averiguado pelos magistrados portugueses quem era o patriarca da independência do Brasil. Em seguida foi a idéia generosa santificada pelo sacrifício do mártir.

Ottoni chega a uma das conclusões centrais de seu artigo, o patriarca da independência era Tiradentes e não Pedro I, e muito habilmente faz com que os próprios "portugueses colonizados" corroborem sua asserção.

Em seguida, o autor passa a narrar, minuciosamente, os acontecimentos em torno da execução de Tiradentes, como se pretendesse criar uma imagem tão real quanto possível na mente do leitor. Sagaz, Ottoni chama a atenção para a coincidência de locais entre os dois eventos, o drama e a farsa. Tiradentes é esquartejado "no campo da força, que demorava entre as ruas do Conde e dos Ciganos, justamente no centro do Rocio", a estátua equestre de Pedro I é alçada na Praça da Constituição. Após aproximar os dois acontecimentos no espaço, arremata a comparação ironizando a semelhança formal, em contraste com a nobreza dos sentimentos que separava os dois eventos, diferença que é ressaltada ao confrontar os episódios, que aparecem como que em um espelho que a tudo inverte. A sensação especular é reforçada pela utilização dos tempos verbais, pretérito e futuro, como na primeira frase da citação a seguir:

O Rocio estava, como há de estar amanhã, literalmente apinhado.

Não havia lá espectadores atraídos por vã curiosidade.

Iam levados pela simpatia que lhes inspirava o protagonista do drama.

Comprimidos pela tropa, toda em armas, os fluminenses apresentavam nesse dia um exemplo admirável.

A descrição do evento estende-se por mais algumas linhas do artigo, descreve as lágrimas "copiosas e sinceras, vertidas em silêncio pelos assistentes", a resignação evangélica e ínclita coragem do mártir. Como verdadeiro dramaturgo, em sua narrativa abundam gestos histriônicos e gradações veementes:

Ao pé do cadafalso, Tiradentes curvou-se, beijou o primeiro degrau, e subiu com firmeza a escada que ia levá-lo à eternidade.

Ainda do alto do patíbulo deu testemunho da nobreza de sua alma.

- Jurei morrer pela liberdade; cumprio a minha palavra, disse.

E foi enforcado, decapitado, esquartejado!

A ferocidade do governo não ficou saciada com estas crueldades.

O cadáver do mártir, retalhado aos pedaços, foi posto em exposição nas estradas de Minas.

E nenhuma partícula de seus ossos cristãos obteve o descanso do sepulcro!

A tradição representada por Tiradentes, apesar de perseguida, não pereceu. "A árvore da liberdade regada com o sangue precioso do mártir frutificou". Em 1817, na província de Pernambuco, o drama da liberdade teve novo cenário e atores. Entretanto, mais uma vez, a barbárie da opressão esmaga a ânsia por liberdade dos colonos. Novos heróis subiam ao panteão pátrio: Martins, Mendonça, Padre Miguel, Silveira e Peregrino, João Pinheiro.

Apesar da opressão, "Dentro de poucos anos a idéia penetrou nos conselhos do Sr. príncipe da Beira, regente do Brasil em nome de seu augusto pai, o Sr. D. João VI." Hábil com as pala-

bras, Ottoni deixa transpirar a cada frase e verbo utilizado sua interpretação do processo de independência. Na frase citada acima, o sujeito do processo é a própria idéia lançada por Tiradentes: não é o príncipe que abraça a idéia, mas é a idéia que nele penetra.

A idéia está tão forte e madura que se atualiza em detrimento da vontade do príncipe, que em 4 de outubro de 1821 escrevera a seu pai D. João VI, que não seria traidor de sua pátria e de seu pai, e somente depois de todos os portugueses, inclusive ele, estarem em postas, é que poderão declarar a independência. Após citar as eloqüentes palavras do príncipe da Beira, Ottoni arremata: "Apesar da oposição do príncipe, amadureceu-se a independência". Frente a alternativa de transigir de sua palavra ou retirar-se do Brasil, Pedro I optou pela primeira, e mediante compromisso de sustentar o sistema representativo, foi a ele concedida a púrpura imperial.

A idéia de independência é o sujeito do processo. Mas sem um ator que a transmita, dificilmente poderia tornar-se efetiva. Em 1822 este ator não poderia ser o português Pedro I, mas o ministro, detentor da "tríplice auréola da virtude, do patriotismo e da ciência", José Bonifácio de Andrada e Silva, que levou a cabo a "patriótica conspiração de Tiradentes". Um idealizou e planejou a independência, o outro a realizara; eram, por este motivo, seus verdadeiros patriarcas, mas por ironia:

Em vez de tronos e estátuas, coube, a um, o cadafalso, e o desterro a outro.

E as musas venais da corte confiscaram para o Sr. Príncipe da Beira as glórias de José Bonifácio e Tiradentes.

É claro que as musas venais a que se refere são os membros do IHGB, empenhados na promoção da imagem de Pedro I.

Ottoni ironiza os portugueses afirmando que nada têm de se envergonhar do Príncipe da Beira pois se proclamou a independência do Brasil, foi meramente como estratégia de guerra, a fim de que numa ocasião mais oportuna pudesse entrar com o

império do Brasil no inventário da herança paterna. Em defesa desta interpretação, o autor enumera os acontecimentos: a dissolução da assembléia constituinte e a perseguição a José Bonifácio e a outros heróis de 1822.

Contra o argumento dos conservadores que reivindicavam a inviolabilidade e irresponsabilidade imperial, Ottoni afirma enfático: "...perante a história ninguém é irresponsável, inviolável e sagrado." A Constituição, que garantia a irresponsabilidade do Imperador, ainda não existia quando da dissolução da Assembléia. De 13 de Novembro de 1823 a 25 de Março de 1824 a ditadura foi completa e absoluta, e os ditadores respondem moralmente por tudo que fazem os seus governos.

Ottoni atribui a dissolução da Constituinte a negociações do Conde de Suberra, de D. Antônio de Saldanha e de D. Francisco José Vieira, que pretendiam unir novamente o Brasil a Portugal. Conclui, então, que as mesmas reservas que pairaram sobre a Independência acompanharam o juramento da Constituição, que somente se realizou por ter suscitado o "...descontentamento geral da nação, e provocado resistência armada em algumas províncias do norte."

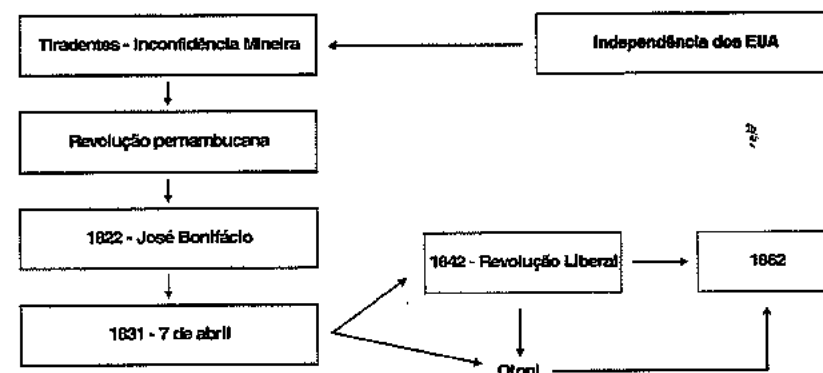
Após retirar os louros da independência e da Constituição da augusta cabeça de Pedro I, o autor passa a avaliar o terceiro "motivo" subjacente à inauguração da estátua, a saber, simbolizar a expiação pelo ato de rebeldia ocorrido no dia Sete de Abril de 1831. Os restauradores realizam como que uma nova coroação de Inês de Castro, já que não tiveram êxito durante a vida de Pedro I de erguê-lo novamente ao trono do Brasil. Frente a tais propósitos, Ottoni estranha a participação na cerimônia de homens como o então Marquês de Caxias, um dos mais proeminentes representantes de uma família de militares que desempenharam importante papel no movimento que destronou o Imperador Pedro I, militares que no dia 6 de abril de 1831 "...puseram suas valentes espadas ao serviço da causa popular..."

Nosso tribuno, por sua vez, "...filho da liberdade, veterano de 7 de Abril..." se sentiria como que desmentindo o seu passado caso se associasse, de algum modo, à solenidade de inauguração da estátua.

Ottoni conclui o artigo agradecendo as instituições que o nomearam representante, atribuindo tal demonstração de apreço à bondade inata do coração brasileiro, à simpatia que "neste país de cavalheiros" a perseguição atrai em favor do perseguido e do condenado político.

Em resumo, ao final do artigo podemos visualizar perfeitamente a composição da tradição política que Ottoni reivindica e defende:

Quadro II



A história da Independência do Brasil é entendida dentro desta tradição política como um movimento processual, que pode ser compreendido em linhas gerais como a luta dos colonos brasileiros contra seus colonizadores portugueses, ou a luta de pessoas que buscam tornar-se cidadãos livres. Neste último sentido, a luta pela independência, compreendida agora enquanto liberdade, não terminaria nem mesmo em 1831, mas prosseguiria, quotidianamente em direção senão de uma república ao menos de uma monarquia republicanizada²⁰.

Otoni, ao reivindicar/construir esta tradição, compreende-se enquanto seu representante moderno. Tal como "seu" Tiradentes, Otoni vê-se como um perseguido político, um proscrito, mas que se mantém enquanto tribuno e voz do "povo" em uma república que imaginava poder construir gradualmente. Como veremos pela resposta dos conservadores, outra era a interpretação "oficial" dos acontecimentos.

IV

Em artigo publicado no dia 24 de Março de 1862 no *Jornal do Comércio*, o autor, anônimo, como na maioria dos artigos da época, procurava defender Pedro I das acusações desfechadas pelos liberais do *Diário do Rio de Janeiro*. Segundo este autor, frente à estátua de D. Pedro I todo brasileiro valoroso deve curvar-se respeitosamente, recordando que ali:

*... está representado o valoroso arauto da independência pátria, que sem ele teria custado por ventura rios de sangue, e quem sabe se tarde, muito mais tarde não é que se teria realizado.*²¹

Pedro I aparece enquanto sujeito responsável pela aceleração do processo histórico e, mais ainda, como seu executor legítimo, sem o qual o processo poderia ter tomado rumos tortuosos e imprevisíveis.

Tendo em vista os benefícios que o Duque de Bragança trouxe aos brasileiros, nada mais natural do que elevá-lo ao panteão nacional, cumprindo assim os brasileiros com um dos deveres básicos da civilização: guardar as tradições e a memória dos povos:

*O povo que não tem tradições, ou que não sabe conservá-las e venerá-las, é um povo degenerado; até os bárbaros da Ásia e África, até os selvagens de nossas matas, recordam os seus antepassados, e rendem homenagem à sua memória.*²²

O que estava em jogo na discussão em torno da estátua equestre era, tanto para Otoni quanto para os demais grupos envolvidos na discussão, a construção da memória nacional, do passado da jovem nação²³. Sabemos, entretanto, que toda compreensão do passado é devedora de uma compreensão do presente e do futuro. Ao discutirem "o que realmente aconteceu", as diferentes tradições procuravam fazer compreender e legitimar suas práticas políticas.

Pela leitura dos artigos escritos no *Jornal do Comércio*, por ocasião da polêmica sobre a estátua equestre, podemos identificar pelo menos quatro interpretações diferentes sobre a história da independência, interpretações que certamente possuem atrás de si tradições políticas razoavelmente articuladas.

Para o autor do artigo "O dia 25 de março de 1862", a linhagem dos heróis da independência estava claramente definida de forma a compreender o processo como tendo iniciado em 1808 e culminado em 1822, no grito do Ipiranga, sob os auspícios da benéfica dinastia bragantina. A ausência de Evaristo da Veiga mostra que o Sete de Abril estava excluído desta história:

*A história do fundador do império está associada às de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), José Joaquim de Azeredo Coutinho, Hipólito José da Costa, que prepararam com a sua palavra e seus escritos a semente que mais tarde germinou, e as dos Andradas, Feijós, Ledos e outros distintos brasileiros que trabalharam para o mesmo fim, à sombra do viçoso e benéfico ramo que a família Bragantina deixara entre nós.*²⁴

A exclusão de Evaristo do panteão da independência não passará em silêncio, pois ficamos sabendo através de artigos do *Jornal do Comércio*, que fora publicado um folheto intitulado "A Revolução de 7 de Abril de 1831". Neste artigo o autor, de codinome "O Fluminense", procura mostrar a importância do Sete de Abril para a consolidação da independência e o papel fundamental desempenhado por Evaristo da Veiga na consolida-

ção do império. Neste caso, aceita-se a data de 1808 como o início do processo, mas estende-se sua conclusão até o ano de 1831. Esta interpretação, é claro, era incompatível com aqueles que procuravam caracterizar Pedro I como o grande herói da independência. Criticando o artigo, um missivista do *Jornal do Comércio* dirá:

...não confunda o nome do fundador do império com o de um brasileiro que não é José Bonifácio, Cairu, Januário, Ledo ou Rocha.

Ou ainda, ridicularizando a proposta de transformar o Sete de Abril numa data cívica:

Quer o "Fluminense" que o dia 7 de abril seja o dia mais notável do calendário das liberdades brasileiras. Quantos acha hoje da sua opinião?

*O único bem que nos trouxe o 7 de abril foi a elevação do Sr. D. Pedro II ao trono do Brasil.*²⁵

Visão próxima à referida acima é manifesta por João dos Santos Saraíba, em um artigo denominado "Ao Ilmo. Sr. Theóphilo Benedicto Ottoni. A Estátua Equestre"²⁶. O missivista lastima o passo temerário dado por Ottoni, "certamente devido à sua suscetibilidade extrema", ao criticar o sustentáculo de nossa unidade política. Diz ainda temer as consequências que poderiam advir de tal rememoração de chagas que:

*...sangrando atualmente discórdia entre irmãos, grandes males podem trazer à terra que tanto diz amar, e finalmente por lacrar uma imerecida sentença de condenação à memória daquele que com pródiga e bondosa mão nos susteve a borda do sorvedouro a que todos os povos se precipitam quando, alucinados e entregues a si mesmos, se arregimentam para debelar a tirania das metrópoles que os escravizam*²².

Novamente Pedro I é caracterizado como a figura que garante o curso natural do processo, impedindo que os homens, entregues a si mesmos, percam o seu destino por não compreenderem o desiderato da história. Multiplicam-se as metáforas que ligam a imagem de Pedro I à figura de um pai bondoso, desinteressado, a conduzir o filho pelas mãos. Esta mesma imagem é evocada para explicar a Abdicação, quando Pedro I prefere abrir mão de seu trono a ver o povo sinistrado por uma luta fratricida.

Em artigo publicado no dia 26 de março no *Jornal do Comércio*, intitulado "A estátua equestre e o Sr. Ottoni"²⁸, o autor, após citar longos trechos do polêmico artigo de Ottoni, afirma não estar surpreso com o protesto do Tribuno, visto que o *Diário* e o *Mercantil*, jornais liberais, tinham aparecido adiante, como batedores, antecipando o golpe do chefe. Deste artigo podemos inferir duas informações valiosas. Primeiro, embora os jornais da época fossem pouco dados ao debate, no sentido de garantir espaço para todas as tendências políticas, as idéias de opositores como Ottoni acabavam por serem vulgarizadas nos próprios artigos que procuravam combatê-las. Em segundo lugar, neste período parece estar claro, para a imprensa conservadora, que Ottoni é um dos principais líderes do partido liberal, senão o principal, fato que pode facilmente ser atribuído a um fenômeno de conjuntura como a vitória eleitoral de 1861, na qual Ottoni desempenhou papel proeminente.

No mesmo artigo referido no parágrafo anterior, o autor, diferente da maior parte dos articulistas do *Jornal do Comércio*, procura conciliar com a argumentação de Ottoni no que se refere a Tiradentes. Após referir-se às alusões malignas que Ottoni lança ao descrever o lugar do suplício de Tiradentes, o autor afirma que se poderia fazer uma leitura mais conciliadora, visto que a estátua equestre estava sendo erguida, justamente, para comemorar a "...realização da idéia pela qual padecera Xavier."

O resgate da figura de Tiradentes diferencia Ottoni dos demais grupos liberais que protestavam contra a estátua equestre. O argumento central dos liberais confluía para a valorização do Sete de Abril e a diminuição da importância de Pedro I em favor de José Bonifácio nos acontecimentos de 1822. Ao recuperar a figu-

ra de Tiradentes, e mesmo da Inconfidência mineira, Ottoni reivindicava a tradição política das antigas cidades do ouro. Embora no contexto de 1862 Ottoni aparecesse quase que solitário na interpretação que reivindica, podemos encontrar algo similar no livro "História da Revolução de 1842", do Cônego Marinho, grande amigo de Ottoni, co-partícipe da revolução liberal de 1842. No livro do cônego Marinho, para o qual Ottoni escrevera um capítulo, o que demonstra seu largo conhecimento do trabalho, o processo de independência também é iniciado em 1793.

A originalidade de Ottoni é salientada num artigo publicado dia 28 de março, denominado "A estátua eqüestre I"²⁹. Neste artigo, o autor diz-se não surpreendido com a virulência da apreciação dos acontecimentos do primeiro reinado, mas tinha que admitir a originalidade da evocação ottoniana do "infeliz Tiradentes".

Com relação à interpretação dos acontecimentos do Primeiro Reinado, em especial a dissolução da Assembléia Constituinte e o Sete de Abril, a polêmica concentra-se de um lado na responsabilidade ou não do imperador pelos seus atos, mostramos acima a posição de Ottoni e, de outro, na interpretação dos acontecimentos. Alguns "petrófilos" mais fiéis negam toda a autoridade da produção histórica do período. Autores como Armitage e Abreu Lima são acusados de tendenciosos e nem mesmo o fidelíssimo Varnhagem escapa de todo às críticas³⁰.

O mesmo autor citado no parágrafo anterior afirma, na terceira parte de seu artigo, publicada no dia 30 de março,³¹ que os republicanos aproveitaram-se do sentimento anti-lusitano para minar a popularidade de Pedro I e que a abdicação, como havíamos salientado acima, foi um gesto de magnanimidade de Pedro I que evitava, assim, uma sangrenta guerra civil. Este autor realiza, além disso, uma interessante discussão sobre o conceito de revolução a fim de provar que o Sete de Abril não poderia ser classificado nesta categoria:

Mas em 7 de abril não houve propriamente uma revolução, no sentido que lhe querem dar os detratores do Sr. Pedro I, em nome dos bríos nacionais ofendidos.

A palavra revolução empregada para designar os acontecimentos daquele dia apenas prova a deficiência da língua que não tem expressão que devidamente a descreva.

No dia 7 de abril não houve revolução propriamente tal. Não a houve na ordem material; não a houve na ordem moral. Não houve luta, os partidos não vieram às mãos; não houve vencidos nem vencedores no campo da batalha. Princípio nenhum de novo conquistou ou perdeu o poder e a liberdade; as instituições de véspera permaneceram as mesmas no dia seguinte a abdicação estava nos limites das faculdades do poder real; a coroa foi devolvida na ordem da sucessão conforme o direito constitucional do país; que não sofreu a menor alteração.

A idéia de revolução que o autor reivindica não é como aquela utilizada em 1820 e 1822, entendida como um retorno a uma ordem anterior, um movimento circular de retorno à origem. Trata-se aqui já de um conceito de revolução entendido enquanto mudança efetiva na ordem institucional da sociedade.

Na verdade, liberais como Ottoni procuravam entender o Sete de Abril como um ato de virilidade popular que restaurava o direito de autodeterminação do povo brasileiro, assim como a ordem legal/constitucional. Neste sentido, a revolução guardava ainda um conteúdo de retorno a uma ordem preexistente. Na interpretação ottoniana, Pedro I romperia o pacto político que lhe concedera a autoridade imperial. Rompido este pacto, o povo estaria legitimado em seu direito à revolução. Esta mesma argumentação Ottoni desenvolve para legitimar a Revolução liberal de 1842.

Para nosso missivista tratava-se de descaracterizar o Sete de Abril, enquanto uma revolução, por dois motivos principais:

primeiro, para diminuir a importância do acontecimento. Afinal, segundo ele, nada havia mudado na vida da sociedade. Em segundo lugar, buscava caracterizar o Sete de Abril como uma rebelião dos súditos contra Pedro I, o qual poderia ter legitimamente defendido seu direito monárquico, mas preferiu o caminho menos desgastante para o povo. Na realidade, o sujeito do processo deixa de ser o "povo em armas" e passa a ser, mais uma vez, o herói Pedro I.

Um relato exemplar da interpretação conservadora do processo de independência pode ser encontrado em um artigo publicado no dia 28 de março, no Jornal do Comércio, ainda dentro da polêmica levantada pelo artigo de Ottoni.³² O autor admite que o espírito de independência foi gerado no Brasil como reflexo da emancipação das 13 colônias. Os movimentos de 1789, 1798 e 1817 foram, entretanto, "abortos de uma idéia ainda não amadurecida no espírito público". Estes movimentos foram apenas o prólogo do drama que iniciara de fato em 1808.

Argumentação semelhante desenvolve J. S. Saraiva em artigo do dia 30 de março³³. Para Saraiva, o fracasso da empresa de Tiradentes deveu-se simplesmente ao fato do país não estar em condições de ser livre, e que a emancipação prematura é tão ou mais perniciosa que o jugo colonial:

E então o que seria de nós se ela se realizasse em 1793 ?...

*O fato de morrer um homem dando o grito de liberdade não o constitui um herói, porque a liberdade quando é estabelecida sem as condições materiais e intelectuais do país, é um mal, e aquele que se serve dela para revolver o país, ou é um louco, ou um ambicioso, que procura queimar o seu berço natal para assar o ovo de sua ambição.*³⁴

Parece claro que a última frase é destinada tanto a Tiradentes quanto a Ottoni.

A História da Nação é sempre construída eliminando as discontinuidades e incoerências. Hoje, passamos pacificamente

pela Praça Tiradentes e encontramos a Estátua Equestre de Pedro I.

Notas

- 1 Entendemos por tradição política um conjunto de significados e práticas que informam a ação política de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos. O discurso político é, neste sentido, seu principal veículo e fim. Sobre o conceito de tradição, Cf. Hans-Georg GADAMER. *Verdad y Método I: Fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993. Sobre os conceitos de ação e discurso, ver Hannah ARENDT. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989, cap. II.
- 2 Sobre a capacidade do evento iluminar o período histórico, Cf. Hannah Arendt. Op. Cit., pp. 52-53.
- 3 Jürgen HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, em especial o § 8.
- 4 *Jornal do Comércio*, 24 de março de 1862, p. 1.
- 5 Cf. George Wilhelm Friedrich HEGEL. *A Razão na História - Uma Introdução Geral à Filosofia da História*. São Paulo: Ed. Moraes, 1990, p. 74-82.
- 6 Veiculado primeiramente como panfleto na corte, o artigo foi rapidamente transcrito pelos jornais liberais Correio Mercantil, Diário do Rio de Janeiro e Atualidade, ligados, respectivamente, aos nomes de Francisco Otaviano, Saldanha Marinho, Lafaiete Rodrigues, Pedro Luís e Flávio Farnese, Cf. Paulo Pinheiro CHAGAS. *Teófilo Ottoni, ministro do povo*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978, p. 287.
- 7 Cf. *Jornal do Comércio*, 2 e 3 de janeiro de 1862.
- 8 Cf. *Jornal do Comércio*, 2 de fevereiro de 1862, "A nova bandeira", p. 1, Sessão Comunicado.
- 9 Cf. *Jornal do Comércio*, 04 de fevereiro de 1862, p. 1. Publicações a Pedido. Carta: "MG - Mar de Hespanha 26/01/62". (Todos os sublinhados são nossos)

- 10 Cf. José Murilo de CARVALHO. *A Construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
- 11 José Murilo de CARVALHO. Op. Cit., p. 172. Ver ainda sobre a tradição liberal representada por Ottoni, Raymundo FAORO. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, pp. 72-74.
- 12 Jürgen HABERMAS. Op. Cit., § 8.
- 13 Cf. Lúcia Maria Paschoal GUIMARÃES. "*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*": O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1994 (mimeo.), em especial os capítulos II e III.
- 14 Lúcia Maria Paschoal GUIMARÃES. Op. Cit., p. 5.
- 15 Ilmar Rohloff de MATTOS. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990, pp. 135-136.
- 16 A caracterização aparece ainda no *Jornal do Comércio*, 09 de fevereiro de 1862, p. 1, Publicações a pedido.
- 17 Cf. *Jornal do Comércio*, 7 de fevereiro de 1862, p. 1. Publicações a Pedido "Vanglórias tribunícias".
- 18 Ibid. Supra cit.
- 19 Cf. *Jornal do Comércio*, 17 de março de 1862, p. 1, Comunicado, "Golpe de Estado e revolução".
- 20 Teófilo B. OTTONI. Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura. Rio de Janeiro, 1860, pp. 19-20.
- 21 *Jornal do Comércio*, 24 de março de 1862, p. 1, Publicações a Pedido, "Ainda o R.M. do Diário".
- 22 *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1862, p. 1, "O dia 25 de março de 1862".
- 23 Sobre a importância da memória para o contexto, Cf. Lúcia Maria Paschoal GUIMARÃES. Op. Cit., em especial o capítulo III.

- 24 *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1862, p. 1, "O dia 25 de março de 1862".
- 25 *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1862, p. 1, "Vinte e cinco de março de 1862, protesto dos brasileiros contra o folheto - A Revolução de 7 de Abril de 1831.
- 26 *Jornal do Comércio*, 27 de março de 1862, p. 1, Publicações a Pedido, "Ao Ilm. Sr. Theóphilo Benedicto Ottoni. A Estátua Equestre."
- 27 Ibid. supra cit.
- 28 *Jornal do Comércio*, 26 de março de 1862, p. 2. Publicações a Pedido, "A Estátua Equestre e o Sr. Ottoni."
- 29 *Jornal do Comércio*, 28 de março de 1862, p. 1, Comunicado, "A Estátua Equestre I".
- 30 Ibid. Supra Cit.
- 31 *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1862, p. 1, Comunicado, "A Estátua Equestre III."
- 32 *Jornal do Comércio*, 28 de março de 1862, p.2. Publicações a Pedido, "A voz da história, D. Pedro I na Independência do Brasil"
- 33 *Jornal do Comércio*, 30 de março de 1862, p. 2, "O protesto Ottoni".
- 34 Ibidem Supra cit.